

**MARGEM COMPANHIA DE MINERAÇÃO**  
 CNPJ 06.635.659/0001-09 - ADRIANOPOlis - PR

| <b>Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais</b> |             |             |
|---|-------------|-------------|
|   | <b>2015</b> | <b>2014</b> |
| <b>Ativo</b>  |             |             |
| Circulante  |             |             |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)                              | 22.643      | 18.183      |
| Contas a receber (Nota 6)   | 5.651       | 248         |
| Estoques (Nota 7)   | 22.175      | 1.936       |
| Impostos a recuperar (Nota 8)                                       | 6.316       | 7.639       |
| Outras contas a receber   | 57.577      | 28.766      |
| Realizável a longo prazo  |             |             |
| Impostos a recuperar (Nota 8)                                       | 18.724      | 14.856      |
| Outras contas a receber   | 906         | 828         |
| Imobilizado (Nota 9)  | 19.630      | 15.684      |
| Intangível (Nota 10)  | 1.134.483   | 946.605     |
|   | 1.529       | 481         |
| Total do ativo  | 1.213.219   | 991.530     |
| <b>Passivo e patrimônio líquido</b>                                 |             |             |
| Circulante  |             |             |
| Fornecedores (Nota 11)  | 20.717      | 13.408      |
| Empréstimos, financeiros, e encargos (Nota 12)                      | 141.195     | 106.249     |
| Salários e encargos sociais   | 3.967       | 2.808       |
| Impostos a recolher (Nota 13)                                       | 2.384       | 2.427       |
| Adiantamentos partes relacionadas                                   | 1.132       | 11.375      |
| Outras contas a pagar (Nota 14)                                     | 3.947       | 1.217       |
| Não circulante  |             |             |
| Empréstimos, financeiros, e encargos (Nota 12)                      | 340.410     | 355.569     |
| Empréstimos e encargos de partes relacionadas (Nota 20(d))          | 25.444      | 159.968     |
| Impostos a recolher (Nota 13)                                       | 29.355      | 65.444      |
| Outras contas a pagar (Nota 14)                                     | 7.051       | 12.447      |
| Provisão para contingências (Nota 21)                               | 2.611       | 100         |
| Total do Passivo  | 583.601     | 731.012     |
| Patrimônio líquido (Nota 15)  | 451.917     | 84.667      |
| Capital social integralizado  | 49.333      | 49.333      |
| Reservas de capital   |             |             |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                         | 68.250      |             |
| Ajustes de avaliação patrimonial                                    | 126.435     | 127.146     |
| Prejuízos acumulados  | (66.317)    | (628)       |
| Total patrimônio líquido  | 629.618     | 260.518     |
| Total do passivo e patrimônio líquido                               | 1.213.219   | 991.530     |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

| <b>Demonstração dos resultados - Exerc. findos em 31 de dezembro</b>                       |                 |              |
|--|-----------------|--------------|
|  | <b>2015</b>     | <b>2014</b>  |
| <b>Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma</b>                         |                 |              |
| Receita de vendas e serviços (Nota 16)   | 106.066         | 3.681        |
| Custo das vendas e serviços (Nota 17)  | (94.802)        | (3.369)      |
| <b>Lucro bruto</b>   | <b>11.264</b>   | <b>312</b>   |
| Despesas administrativas (Nota 17)   | (11.022)        | (242)        |
| Despesas comerciais (Nota 17)  | (20.340)        |              |
| Programa de participação nos resultados (Nota 17)  | (99)            | (92)         |
| Outras receitas e desp. operac., liq. (Nota 17)  | (62)            | (69)         |
| <b>Prejuízo operacional</b>  | <b>(20.259)</b> | <b>(91)</b>  |
| Despesas financeiras   | (82.687)        | (968)        |
| Receitas financeiras   | 456             | 1.240        |
| <b>Despesas financeiras líquidas (Nota 18)</b>   | <b>(82.231)</b> | <b>272</b>   |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social                                | (102.490)       | 181          |
| Imp. de renda e contrib. social (Nota 19)  | 36.090          | (470)        |
| <b>Prejuízo do exercício</b>   | <b>(66.400)</b> | <b>(289)</b> |
| Ações em circulação no final do exercício (em milhares)                                    | 451.917         | 84.667       |
| Prejuízo por ação básica e diluído do capital social no final do exercício - (em Reais)    | (0.1469)        | (0.0034)     |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras. |                 |              |

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

financiárias em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**I Informações gerais** - A Companhia tem como objeto social a atividades preponderantes atuais a extração de calcário e detém uma mina de calcário em Adrianoópolis no Estado do Paraná. A situação da Companhia abrange as regiões Sul e Sudeste do Brasil através do fornecimento de calcário para clientes e para sua controladora Supremo Cimentos S.A., sediada em Pontevedra, Santa Catarina. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 115.765 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 108.724). O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é fator da utilização de parcela substancial dos recursos financeiros na construção da nova fábrica de cimentos, construção esta que se iniciou em 2012 e foi concluída em abril de 2015. Desde o início das obras a Companhia contou financiamento de longo prazo, nomeadamente junto à Agência de Crédito à Exportação da Dinamarca - Eksport Kredit Fonden (EKF) no montante de R\$ 200.500 assim como contratou uma linha de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 202.500 que foi parcialmente liberado durante o exercício de 2014 e 2015. Os investimentos efetuados na construção da fábrica montam em R\$ 913.551 até 31 de dezembro de 2015. A nova fábrica entrou em operação em abril de 2015. O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido a medida que ocorrer o recebimento dos recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo que serão, ou já estão, contemplados em 2016, a exemplo de uma nova linha de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 54.260 que irá substituir o empréstimo de curto prazo com o Banco Itau de R\$ 50.000. Também percebe-se uma maior geração operacional de caixa a partir do inicio da operação da nova planta que ocorreu em abril de 2015. Essa modificação no perfil do endividamento bancário da Companhia, transferindo empréstimos de curto prazo para o longo prazo, juntamente com uma maior capacidade de geração de caixa, auxiliará a Companhia na inversão da atual condição do seu capital circulante líquido. A Companhia está em franca expansão com investimentos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de: (i) aportes de capital e/ou mártius de nossos controladores; (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias. A Companhia investe em produção de cimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que os investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura, acredita-se que a Companhia continuará contraindo linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem o seu crescimento. Atualmente o endividamento bancário de longo prazo é em grande parte com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atrelados diretamente ao Governo Federal. Para necessidades de caixa de curto prazo, os controladores também realizarão empréstimos de mártius, que poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente a Companhia poderá recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrir necessidades de giro operacional. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de janeiro de 2016. 2 Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 2.1 Base de preparação e apresentação - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As aferações requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estando vulgarizadas na Nota 3. 2.2 Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alto liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. 2.3 Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva-menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "impairment"). 2.4 Ativos financeiros - 2.4.1 Classificação - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. 2.4.2 Reconhecimento e mensuração - As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são,

| <b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma</b> |                                |   |                                 |                      |          |          |
|--|--------------------------------|---|---------------------------------|----------------------|----------|----------|
| Capital social   | Reservas subscritas de capital | Adiantamento para futuro aumento de capital | Ajuste de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total    |          |
| 84.667   | 49.333                         |   | 127.438                         | (631)                | 260.807  |          |
|  |                                |   |                                 | (289)                | (289)    |          |
|  |                                |   |                                 | (292)                | 292      |          |
| 84.667   | 49.333                         |   | 127.146                         | (628)                | 260.518  |          |
|  |                                |   |                                 | 68.250               | 68.250   |          |
|  |                                |   |                                 |                      | 367.250  |          |
|  |                                |   |                                 |                      |          |          |
|  |                                |   |                                 |                      | (66.400) | (66.400) |
|  |                                |   |                                 |                      | 711      | 711      |
|  |                                |   |                                 |                      |          |          |
| 451.917  | 49.333                         |   | 68.250                          | 126.435              | (66.317) | 629.618  |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

| <b>Demonstração dos fluxos de caixa - Exerc. findos em 31 de dezembro</b> |             |             |
|---|-------------|-------------|
|   | <b>2015</b> | <b>2014</b> |
| <b>Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma</b>        |             |             |
| <b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>                         |             |             |
| Prejuízo do exercício   | (102.490)   | 181         |
| Realização do custo atribuído   | 1.256       | 90          |
| Em 31 de dezembro de 2014   | 2.511       | 100         |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital                              | 25.215      | 2.073       |
| Aumento de capital (Nota 15 (a))  | (75.508)    | 2.446       |
| Lucro líquido do exercício  |             |             |
| Prejuízo do exercício   |             |             |
| Realização do custo atribuído   |             |             |
| Em 31 de dezembro de 2015   |             |             |
|   |             |             |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.9 Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva. 2.10 Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos são reconhecidos imediatamente pelo valor justo, liquidando os custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial. 2.11 Capital social - É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. 2.12 Reconhecimento de receitas - A receita compreende o valor do ajuste da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. (a) Venda de produtos - O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, calciário. As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando os riscos sobre os produtos são transferidos para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador. (b) Receita financeira - A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. 2.13 Provisões - As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (tributária, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação comprendem multas por rescisão de contratos, aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem de tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados combinação nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são decorrentes da aplicação inicial dos CPCs, relacionados ao ajuste de avaliação patrimonial dos terrenos e jazidas minerais. A realização dos impostos diferidos dar-se-á na medida em que os ativos forem sendo realizados (depreciados ou extintos, vendidos ou baixados). 2.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma, alteração e interpretação de normas foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessa norma, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). IFRS 15 - "Contratos de Venda com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção". IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018.

terça - feira, 19 de abril de 2016

## Continuação

## 12 (b) Empréstimos e financiamentos líquidos dos encargos

O montante da dívida líquida de encargos para cada empréstimo está apresentado abaixo:

| Modalidade      | Encargos anuais   | Vencimento Final | Circulante |        |         |         | Não circulante |         | Total | Passivo 2014 |
|-----------------|-------------------|------------------|------------|--------|---------|---------|----------------|---------|-------|--------------|
|                 |                   |                  | 2015       | 2014   | 2015    | 2014    | 2015           | 2014    |       |              |
| Finame          | Taxa fixa ou TJLP | 2017             | 469        | 469    | 452     | 921     | 921            | 1.390   |       |              |
| EKF/ELO         | CDI               | 2025             | 20.050     | 10.025 | 170.425 | 190.475 | 190.475        | 200.500 |       |              |
| Leasing         | TJLP              | 2016             | 56         | 63     | 55      | 56      | 56             | 118     |       |              |
| BNDES           | DI                | 2021             | 40.925     | 15.622 | 183.925 | 181.647 | 224.850        | 197.269 |       |              |
| Capital de Giro | DI                | 2014             | 66.000     | 66.000 | 66.000  | 66.000  | 66.000         | 66.000  |       |              |
| Total           |                   |                  | 127.500    | 92.179 | 354.802 | 373.098 | 482.302        | 465.277 |       |              |

Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME). Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Depósito Interbancário (DI). Em 16 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaa-neordningen (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal, no valor de R\$ 200.500 sido liberado em 30 de outubro de 2013. Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis, a partir de julho de 2015 e até janeiro de 2025. Em 29 de novembro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo-prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) no valor de R\$ 202.500. Em 2014 foi liberado R\$ 190.803 em 2015 foi liberado mais R\$ 9.400 e a administração da empresa espera utilizar o saldo remanescente no decorrer do ano e 2016. Este financiamento tem o prazo total de 7,5 anos incluindo 1,5 anos de carência. Adicionalmente, no final de 2015 a Companhia firmou um novo contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) no valor de R\$ 54.261 cuja a expectativa de liberação do recurso ocorra ainda na 1º semestre de 2016. Este financiamento de o prazo total 5 anos para liquidação. Os empréstimos e financiamentos com taxas variáveis estão indexados à taxa CDI ou TJLP acrescidos por taxa spread, estão também garantidos nomeadamente por ativos reais, incluindo terrenos, edifícios, equipamentos, equipamentos de transporte e veículos, até o limite do saldo devedor todos de posse da Companhia. A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (*covenants*). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015, todos os indicadores foram cumpridos. Com relação ao Custo com Captação de Recursos, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia reconheceu contabilmente o valor de R\$ 14.392 (R\$ 17.529 em 31/12/2014), como redutora da dívida financeira, oriundo dos custos com a captação de financiamentos para a nova fábrica de cimento. Estes custos foram capitalizados ao Ativo Imobilizado até março de 2015, a partir de abril de 2015, com a conclusão da construção do ativo, estes custos amortizados compõem o resultado através da rubrica despesas financeiras, a taxa efetiva de 2% a.a., conforme estabelece o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 20 combinado com pronunciamento Técnico Contábil CPC 08. O cronograma dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 é demonstrado a seguir:

| Valores em R\$ | Percentual |
|----------------|------------|
| 141.195        | 29%        |
| 60.600         | 13%        |
| 60.148         | 12%        |
| 60.148         | 12%        |
| 159.514        | 34%        |
| 481.605        | 100%       |

## 13 Impostos a recolher

|   | 2015  | 2014  |
|---|-------|-------|
| Paraná Competitivo (*)                              | 5.388 |       |
| Imposto sobre Circulação de Merc. e Serviços (ICMS) | 1.446 | 515   |
| Imposto Sobre Serviços (Retenção ISSQN)             | 143   | 699   |
| Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)             | 474   | 477   |
| Outros (CFEM, CSRF, INSS)                           | 321   | 736   |
| Passivo circulante                                  | 7.722 | 2.427 |
| Passivo não circulante                              | 2.384 | 2.427 |

(\*) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015.

## 14 Outras contas a pagar

|   | 2015  | 2014   |
|---|-------|--------|
| Passivo circulante                        | 3.947 | 1.217  |
| Outras conta a pagar (i)                  |       |        |
| Passivo não circulante                    |       |        |
| Depósitos Judiciais Civis                 | 820   | 820    |
| Outras contas a pagar de longo prazo (ii) | 6.204 | 11.602 |
| Provisão para compensação ambiental       | 27    | 25     |
| Total passivo não circulante              | 7.051 | 12.447 |

(i) O saldo de outras contas a pagar no passivo circulante contém provisões de pagamentos de despesas operacionais (provisão de energia elétrica, provisão de fretes sobre compras e sobre vendas, provisão de aquisição de produtos ou serviços recebidos no mês cuja notificação não foram escripturadas). (ii) Refere-se a uma provisão dos tributos que incidem sobre o serviço de assistência técnica na implantação da nova fábrica efetuado por parte relacionada. 15 Patrimônio líquido - (a)

Capital social - Em 31 de dezembro de 2015 capital social subscrito e integralizado é de R\$ 451.917 e representado por 451.917 ações ordinárias nominativas, todas emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 por ação. (b) Reserva de Capital - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de setembro de 2013, o capital social subscrito da Companhia foi elevado de 60.000 para R\$ 84.667 através da emissão de 24.667 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pagando-se o valor total de R\$ 74.000. O valor excedente em relação à integralização das novas ações, qual seja, R\$ 49.333 representa ágio na emissão de ações e foi registrado na conta de Reserva de Capital.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital - O saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 68.250 serão convertidos e capital social de acordo com a estratégia da Companhia, devendo ocorrer durante o primeiro semestre de 2016. (d) Reserva de lucros - Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social. (e) Prejuízo por ação - O prejuízo básico por ações é calculado mediante divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do prejuízo por ação. Portanto, o prejuízo por ação básico é igual ao diluído.

2015 2014  
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia (66.400) (289)  
Ações em circulação no final do exercício 451.917 84.667  
Prejuízo básico por ações no final do exercício (0,1469) (0,0034)

(f) Ajuste de avaliação patrimonial - A Companhia reconhece nessa rubrica a contrapartida do custo atribuído do ativo imobilizado registrado do quanto da adoção do CPCs. Sua realização se dá na proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens do ativo imobilizado, que é registrada contra lucros acumulados.

13fc64 413267-4214/9866-4709

QUER TRAZER SEU AMOR DE VOLTA PARA SEUS BRAÇOS? NA CONSULTA FAÇO UMA FIRMAÇÃO PARA SEU AMOR TE PROCURAR. PELAS LÂMINAS DO TAROT E PELA VIDÊNCIA VOU SABER TUDO O QUE ACONTECE COM SEU AMOR. PODEROSA MAGIA DE AMARRAÇÃO PARA TRAZER SEU AMOR PARA VOCÊ, MELHOR DO QUE ERA ANTES!

13fc64 413267-4214/9866-4709

QUER TRAZER SEU AMOR DE VOLTA PARA SEUS BRAÇOS? NA CONSULTA FAÇO UMA FIRMAÇÃO PARA SEU AMOR TE PROCURAR. PELAS LÂMINAS DO TAROT E PELA VIDÊNCIA VOU SABER TUDO O QUE ACONTECE COM SEU AMOR. PODEROSA MAGIA DE AMARRAÇÃO PARA TRAZER SEU AMOR PARA VOCÊ, MELHOR DO QUE ERA ANTES!

13fc64 413267-4214/9866-4709

13fc64 413267-4214/9866-4709